

Cobrança do Congresso

Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor de Redação

CORREIO BRAZILIENSE

22 MAR 1992

Desde outubro de 1988, quando entrou em vigor a nova Constituição Federal, o Congresso adquiriu uma força política que só agora, três anos depois, é que se pode medir adequadamente na prática. Curiosamente, esse poder tem sido muito mais utilizado para evitar as leis do que para votá-las. Prova disso é o conjunto de medidas que o governo Collor propôs ao Legislativo, sob o rótulo de **emenda**, e que até hoje não foi votado e nem sequer discutido.

municipais. Os parlamentares, especialmente os deputados, são diretamente interessados no assunto porque estão em jogo as cadeiras de seus prefeitos e vereadores, que constituem a base de sustentação política nos seus municípios. Por isso mesmo, eles não podem ficar indefinidamente em Brasília, absorvidos com a extensa e intensa pauta de votações do Congresso e abandonar seus próprios interesses nessas eleições.

Tudo isso, mais a balbúrdia legislativa brasileira, tornam o exercício do mandato parlamentar uma tarefa muito difícil para quem pretende levá-la a sério. E precisa ser levado em consideração na hora de se cobrar do Congresso que aprove, rapidamente, essa ou aquela lei de interesse do governo ou da coletividade.

A compreensão para com o Legislativo, entretanto, não é uma virtude muito comum no Brasil. Por mais que os dirigentes do Senado e da Câmara e as lideranças partidárias procurem imprimir eficiência e seriedade aos trabalhos do Legislativo, com vem ocorrendo, de modo geral, na present legislatura, o ritmo de cobrança da sociedade — e do próprio governo — é sempre maior e mais intenso do que a capacidade do Congresso de responder a essa demanda.

Se for considerado que as eleições municipais vão exigir a presença dos deputados em suas bases, é de muito bom senso admitir que Senado e Câmara devem se esforçar ao máximo para apresentarem um repositivo legislativo razoável neste primeiro semestre — que já vai pela metade — pena de sofrerem depois uma dura cobrança da opinião pública.

Isso não ocorre por má vontade dos senadores e dos deputados, mas por uma série de circunstâncias, que vão da falta de tempo para analisar e aprovar tanta coisa simultaneamente até a fragmentação partidária, que faz do nosso Congresso um tabuleiro de xadrez de pedras distintas e poderosas, que se mexem de acordo com seus interesses pessoais e partidários.

Além disso, o Congresso não consegue fazer uma hierarquia de suas prioridades. Tudo é prioritário, o que equivale a dizer que nada é realmente uma prioridade. Basta lembrar que o orçamento de 92 foi votado no apagar das luzes de 91 e cheio de irregularidades na forma de sua aprovação.

Embora o diálogo entre as lideranças partidárias seja até fácil e muito frequente, os parlamentares vivem na angústia permanente de decidir qual é, de fato, seu papel primordial: é votar leis ou fazer política no sentido amplo da palavra?

A situação complica-se ainda mais quando se sabe que 1992 é ano de eleições mu-